

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 721

DISPÕE SOBRE O REGIME ESPECIAL DE ADIANTAMENTO DE DESPESA.

AILTON LAUDELINO ANDRADE, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º: O Regime de Adiantamento, é aplicado aos casos de despesas definidas nesta lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedido de empenho, na dotação própria, para o fim de realização de despesa que não possa subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º: Não se fará adiantamento para despesa já realizada, nem se permitirá que se efetuem despesas maiores do que as quantias já adiantadas.

Art. 3º: Não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.

CAPÍTULO II

DA CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO

Art. 4º: Poderão realizar-se no regime de adiantamento as despesas decorrentes de:

I - viagens, alimentação, e estadia quando a serviço do Município;

II - viagens, alimentação e estadia de delegações esportivas ou escolares, representativas do Município;

III - alojamento e alimentação de delegações esportivas ou escolares, de outros Municípios, que participem de certames organizados pela Prefeitura Municipal;

IV - recepções e homenagens de autoridades quando em visita oficial ao Município;

V - comemoração de datas cívicas e festividades fixas do calendário anual;

VI - custas judiciais;

VII - aquisição de livros, jornais, revistas, publicações especializadas e coleções;

VIII - aquisição de gêneros alimentícios para serviços assistenciais e educacionais em caráter de urgência;

IX - aquisição de medicamentos de urgência para os serviços de assistência do Município em caráter de urgência;

X - cuja demora possa provocar prejuízos ao Município;

XI - despesas de quantias pequenas e de pronto pagamento.

Art. 5º: Consideram-se quantias pequenas e de pronto pagamento as que se fizer:

I - com selos postais, telegramas, radiogramas, pequenos carros, transportes urbanos, pequenos concertos e outras despesas de pequeno vulto;

II - com reprografia e aquisição de artigos de escritório, de desenho, de impressos e papéis, em quantidades restritas, para uso e consumo próximo ou imediato;

III - com artigos farmacêuticos ou de laboratório, em quantidades restritas, para uso e consumo próximo ou imediato.

Art. 6º: Os adiantamentos para atender despesas de quantias pequenas e de pronto pagamento, não poderão exceder ao valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do menor vencimento do Quadro de Pessoal do Município.

Art. 7º: Os pedidos de adiantamentos serão concedidos quando autorizados pelo Prefeito Municipal.

Art. 8º: os pedidos de adiantamento deverão conter expressamente o seguinte:

I - cargo ou função, repartição e nome do servidor ao qual se deve ser feito o adiantamento;

II - dispositivo legal em que se baseia;

III - importância requisitada e o fim a que se destina;

IV - a dotação orçamentária ou o crédito por onde deve ser empenhada a despesa;

Art. 9º: Os adiantamentos serão escriturados como despesa efetiva, à conta das respectivas consignações e subconsignações orçamentárias ou créditos especiais.

CAPÍTULO III

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 10º: O servidor responsável por adiantamento é obrigado a prestar contas de sua aplicação, no prazo de sessenta dias, contados da data em que o receber.

_ 1º: A prestação de contas do adiantamento feito para despesas de viagens, se fará dentro de trinta dias, contados da data do recebimento.

_ 2º: A prestação de contas dos adiantamentos no último mês do ano, deverá se dar até 28 de dezembro.

_ 3º: Em caso excepcional, devidamente justificado, poderá o Prefeito Municipal, conceder razoável prorrogação do prazo para entrega das contas.

Art. 11º: A prestação de contas será juntada ao processo correspondente ao adiantamento.

Art. 12º: Os recolhimentos de saldo de adiantamentos, serão escriturados como despesas anuladas, na dotação em que tenham sido empenhadas.

Art. 13º: Os adiantamentos não poderão ter aplicação diferente daquela prevista no

pedido, devendo as despesas se enquadrar nas dotações e itens orçamentários próprios.

Art. 14º: Não será julgada legal, a comprovação de pagamento feitos em data anterior à entrega do adiantamento.

Art. 15º: No exame e apreciação da prestação de contas, o órgão competente solicitará, quando necessário o responsável para esclarecer dúvidas surgidas.

_ 1º: Se o interessado não atender o pedido de esclarecimento no prazo de três dias úteis, o fato será comunicado ao Prefeito Municipal, que determinará lhe seja sustado novo adiantamento, além de outras medidas que julgar necessárias à regularização do assunto.

_ 2º: Se os esclarecimentos prestados não forem julgados suficientes, ou se o interessado não atender o pedido de esclarecimento, poderá o Prefeito Glozar as despesas impugnadas, determinando que o responsável promova o recolhimento de importância igual à soma dos comprovantes glosados, de imediato.

Art. 16º: A cada adiantamento corresponderá uma prestação de contas, constituída de comprovantes quitados e revestidos dos requisitos exigidos nesta lei.

CAPÍTULO IV

DOS COMPROVANTES

Art. 17º: Os comprovantes das despesas realizadas podem consistir de:

I - nota de venda ao consumidor, emitida por comerciante, da qual conste o número de inscrição, a data, o nome do adquirente, espécie e quantidade de mercadoria, preço unitário e global.

II - recibos de serviços prestados ou fornecimento feito quando se tratar de comerciante, do qual conste o nome e endereço do beneficiário, nome do adquirente e discriminação da despesa, perfeitamente legíveis.

Art. 18º: Para as despesas e quantias pequenas e de pronto pagamento em cuja realização não tenha sido possível colher comprovantes, deverá ser feita uma relação especificada, indicando-se a data e a natureza de cada uma.

Art. 19º: O responsável pela aplicação de adiantamento não poderá pagar-se a si próprio.

Art. 20º: Os recibos, notas de vendas ao consumidor, notas fiscais, faturas, duplicatas e outros comprovantes das despesas, devem ser passados em nome da Prefeitura Municipal e por quem prestou serviços ou faz os fornecimentos.

Art. 21º: Quando o recibo for passado a rogo, deverão ser reconhecidas as assinaturas de duas testemunhas que assistem ao ato.

Art. 22º: Em cada documento comprobatório de despesas deverá contar a atestação de que os serviços foram prestados ou de que o material foi recebido.

Art. 23º: Não serão considerados os comprovantes que apresentarem rasuras, emendas ou alterações que lhe prejudiquem a clareza e a exatidão, sem a necessária ressalva, por autoridade competente.

Art. 24º: As multas de que trata esta Lei, serão impostas pelo Prefeito Municipal e poderão ser descontadas do responsável, em folha de pagamento, pela quinta parte dos seus vencimentos.

Art. 25º: Ao servidor que não prestar contas no prazo estabelecido, nesta Lei, será imposta multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o total do adiantamento.

Art. 26º: Se, além disso, o responsável não apresentar as contas até trinta dias após o término do prazo previsto nesta lei, o adiantamento será considerado alcance, devendo o fato ser comunicado ao Prefeito Municipal, que determinará instauração de inquérito administrativo, na forma da lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27º: A presente Lei não restringe os preceitos legais, Estaduais ou Federais, que estatuem normas relativas a fornecimento, prestação de serviços ou execução de obras.

Art. 28º: Nas compras e serviços efetuados através de adiantamento deverá ser observado rigorosamente o princípio de licitação.

Art. 29º: Para efeito do dispositivo no artigo anterior, é vedado o fracionamento de um mesmo tipo ou lotes de aquisição, ou de um mesmo serviço de caráter continuado.

Art. 30º: As prestações serão examinadas pelos seguintes aspectos:

I - exatidão dos valores;

II - propriedade do recurso;

III - obediência às leis, regulamentos e normas vigentes;

IV - justificação de despesas.

Art. 31º: A aprovação das contas prestadas em quitação e baixa de responsabilidade.

Art. 32º: No caso de transporte por meio de veículo não oficial, ou por via aérea, deverão ser certificados pela autoridade superior a autorização de urgência desse transporte.

Art. 33º: Os adiantamentos na Câmara Municipal ficam sujeitos a ação do Presidente do Poder legislativo.

Art. 34º: esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 692 de 03 de junho de 1994.

Angelina, 02 de junho de 1995.

Ailton Laudelino Andrade
PREFEITO MUNICIPAL